



**SEDES**

50 ANOS A PENSAR PORTUGAL

# POSITION PAPER

#3/26

À PROCURA DE EVIDÊNCIAS EXPLICATIVAS DO VOTO NO CHEGA

**FERNANDO FREIRE DE SOUSA**

ECONOMISTA. PROFESSOR JUBILADO DA UNIVERSIDADE DO PORTO

**Objetivo e Responsabilidade:**

Os Position Papers da SEDES destinam-se a apresentar uma opinião fundamentada sobre um tema de desenvolvimento económico e social, em termos consentâneos com os objetivos estatutários da Associação. Os Position Papers assumem igualmente a natureza de *working papers*, isto é, não devem ser considerados produção científica acabada, mas sim textos em progresso suscetíveis de aprofundamento. A autoria pode ser coletiva ou individual, podendo parte ou a totalidade do documento ser usado em outras publicações.

Embora sujeitos a critérios editoriais, que designadamente validam a consonância do documento com os fins dos Position Papers da SEDES, a posição expressa é da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

# **À PROCURA DE EVIDÊNCIAS EXPLICATIVAS DO VOTO NO CHEGA (\*)**

Fernando Freire de Sousa

## I

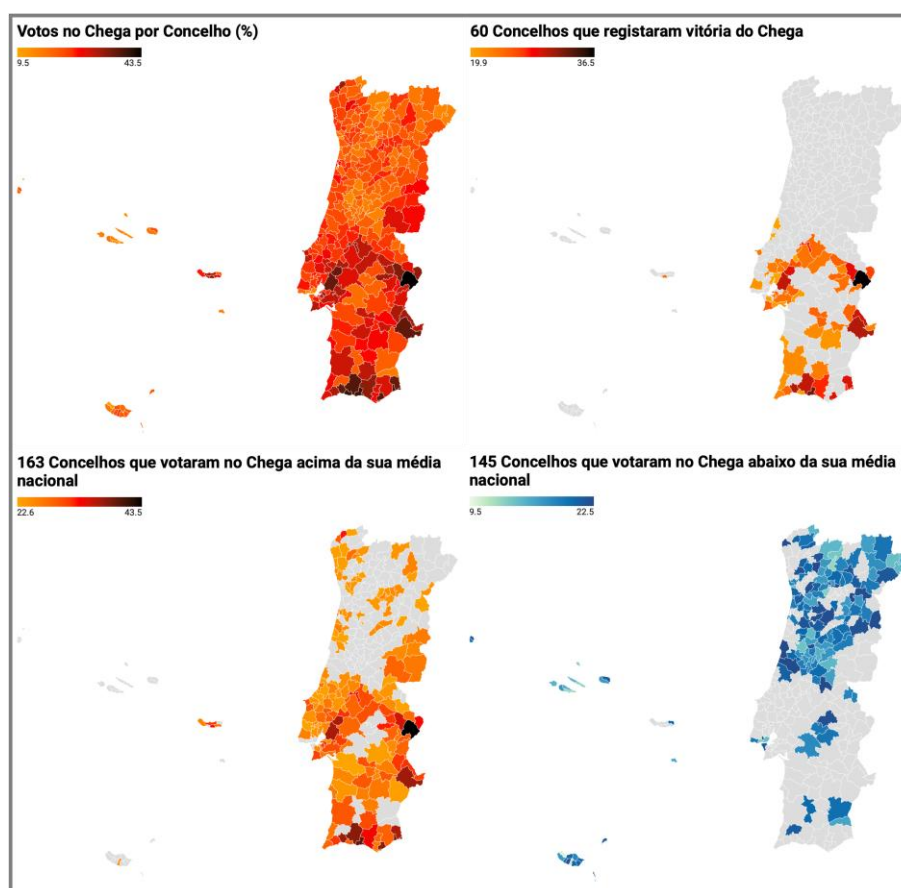
Aborda-se aqui a muito significativa expressão do voto no Chega nas eleições de 18 de maio. Após algumas horas dedicadas à procura de elementos capazes de ajudarem a uma melhor compreensão do fenómeno e, depois de inúmeros tipos de ensaios hipotéticos, atingem-se vários esboços satisfatórios de explicação, sem prejuízo de as situações serem necessariamente dotadas de imensa variabilidade, em correspondência com a presença de uma multiplicidade de possíveis determinantes específicas (desde aspetos pessoais associados ao votante ou ao candidato até dinâmicas partidárias muito próprias ou a questões sociais ou regionais de natureza mais estrutural) – ou seja, não apenas não existem respostas imediatas nem fáceis como sempre se terá de assumir a prevalência de uma marcante e essencial complexidade analítica.

As constatações factualmente mais relevantes surgem visíveis nos mapas abaixo. A saber, muito sumariamente: votos no Chega distribuídos entre um mínimo de 9,5% no Corvo (Açores) e um máximo de 43,5% em Elvas, 60 concelhos a registarem o Chega como o partido mais votado

---

(\*) Todos os gráficos e mapas apresentados neste documento, finalizado em julho de 2025, correspondem a elaboração própria do autor, a partir de informação recolhida em <https://www.eleicoes.mai.gov.pt> e de informação estatística publicada em <https://www.ine.pt>.

(largamente concentrados no Sul do País, sendo a Marinha Grande o município desse conjunto que se situa mais a norte), 163 concelhos a evidenciarem votos no Chega acima da respetiva média nacional (com incidência no Algarve, no Alentejo interior e na ex-Área Metropolitana de Lisboa) e 145 concelhos a ficarem com votação no Chega abaixo da sua média nacional (com forte predominância de municípios do Norte e Centro, entre zonas de manifesta baixa densidade – como Ribeira de Pena, Resende, Boticas, Vimioso, Mortágua ou Mesão Frio – e grandes cidades – como Oeiras, Porto, Coimbra e Lisboa, sendo quatro as grandes exceções sulistas – Alcoutim, Mértola, Ourique e Monchique).



## II

Neste quadro, e depois dos referidos exercícios iniciais e de sucessivas tentativas, os afinamentos introduzidos através das máximas atualizações de dados conseguidas e dos ajustamentos e uniformizações

de critérios concretizadas permitiram a propositura de dois tipos de aproximações que devem ser encaradas como complementares, tanto mais que ambas são consonantes com as leituras que Andrés Rodríguez-Pose e outros autores especialistas em Economia Regional têm vindo a considerar como característico do que designam por *places that don't matter* ou *left behind places*, i.e., atribuir ao voto populista e antisistémico um fundamento “racional” assente num evidente protesto (dececionado e/ou punitivo) que assim surge manifestado por cidadãos atingidos por uma sensação de desamparo em face de poderes públicos a que alegadamente caberia um cuidado protetor dessa sua sentida marginalização económica e social num plano individual, local ou regional.

Designam-se as ditas aproximações partindo de uma referenciação territorial proveniente de traços estatisticamente captáveis como suscetíveis de potencial ligação mais fina à votação alcançada pela extrema-direita portuguesa. Os indicadores que melhor responderam ao trabalho estatístico realizado – tendo-se registado alguns casos de inferências que pareciam óbvias mas surpreendentemente não validadas – permitiram, assim, uma divisão de conteúdo substantivo entre “territórios de descontentamento e dependência” (TDD) e “territórios de imobilismo e abandono” (TIA), invariavelmente validando a presença de motivações muito difundidas e conducentes ao protesto ou por ele exploradas, sendo embora uns de um foro preferencialmente baseado em perceções de natureza subjetiva e outros de um foro objetivo porque decorrente de causas menos refutáveis.

Descendo a um maior nível de concretização:

(i) correspondem a TDD aqueles que conjugam uma correlação estatisticamente significativa entre os votos no partido em causa (acima ou abaixo da sua média aritmética nacional) e os dados observados em matéria de *proxies* de alegadas chagas sociais, respetivamente o saldo

migratório do respetivo concelho nos últimos sete anos (imigração), o peso da criminalidade relativa detetada no mesmo (securitarismo) e a percentagem de beneficiários de subsídio de desemprego, rendimento social de inserção e de prestação social para a inclusão oficialmente declarados no mesmo (subsidiodependência);

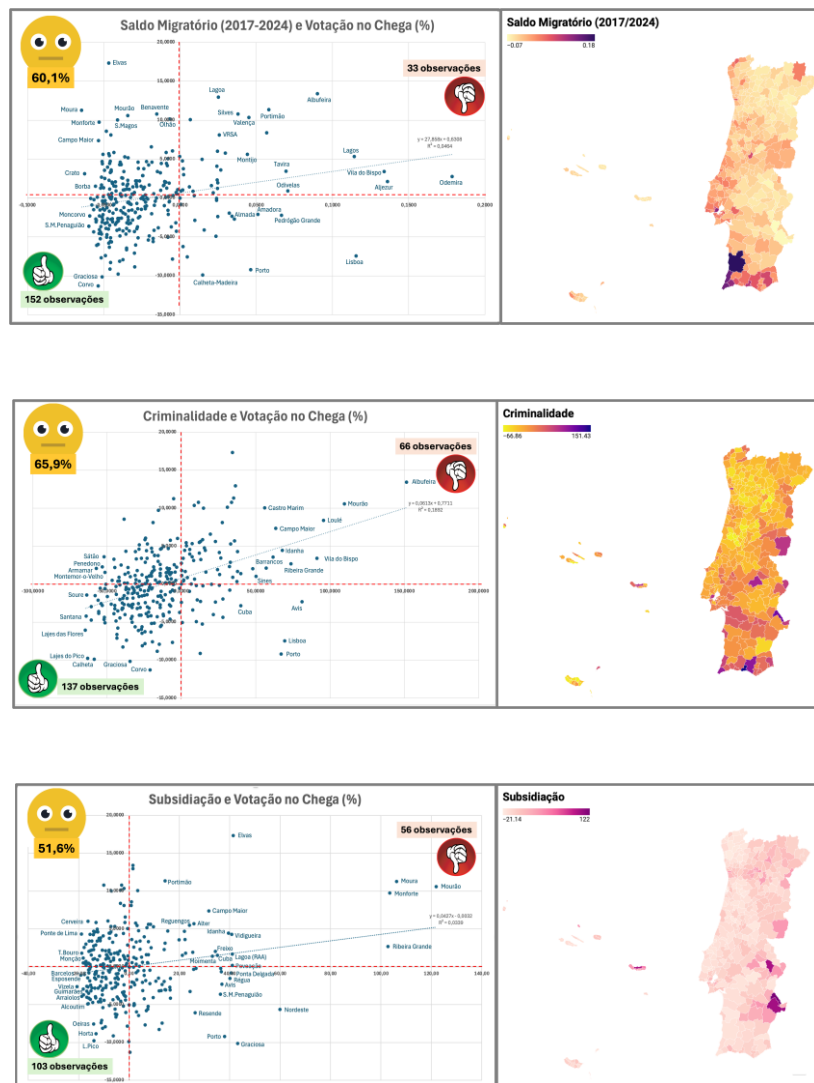
(ii) (ii) correspondem a TDD aqueles que conjugam uma correlação estatisticamente significativa entre os votos no partido em causa (acima ou abaixo da sua média aritmética nacional) e os dados observados em matéria de *proxies* de manifestas situações indiciadoras de reais ou potenciais danos sociais, respetivamente o peso relativo dos jovens (pessoas até aos 19 anos) residindo no respetivo concelho (dinamismo social tendencial), a variação relativa registada em termos de emprego criado entre 2015 e 2023 (dinamismo social efetivo) e o número relativo de médicos por 1000 habitantes presente no mesmo (falha do Estado em termos de proteção social).

Para os mais valorizadores atentos da dimensão econométrica, junto abaixo os favoráveis resultados sintéticos obtidos do exercício de análise de correlação efetuado, sem prejuízo de deixar inequivocamente sublinhado que correlação não é causalidade (cautela e caldos de galinhas são, pois, interpretativamente recomendáveis) e sendo ainda de mencionar o facto de não terem produzido resultados estatisticamente aceitáveis várias outras estimações realizadas com indicadores passíveis de se revelarem ajustados, como os níveis de qualificação da população do respetivo concelho (p.e., titulares de ensino superior completo), o peso de residentes estrangeiros legalizados, a percentagem de pensionistas ou a remuneração média ou rendimento bruto, matérias que aqui não explorarei dada a sua lateralidade contextual.

TDD	R Square	t Stat	P-value	TDD+TIA	R Square	t Stat	P-value
Saldo Migratório	0,0519539	4,095011447	5,41E-05				
Taxa de Criminalidade	0,1920908	8,52967869	6,88E-16				
Subsidição	0,0903516	5,513048373	7,5E-08				
	0,2538580				0,3526863		
Saldo Migratório	4,290202146	2,4E-05		Saldo Migratório	3,374244226	0,000837160	
Taxa de Criminalidade	5,257921774	2,75E-07		Taxa de Criminalidade	5,405633035	1,31626E-07	
Subsidição	3,93905990	0,000102		Subsidição	2,281040798	0,023244532	
Peso de Jovens	0,0914089	5,54843744	6,24553E-08	Peso de Jovens	3,739521307	0,000220675	
Varição de Emprego	0,0576352	4,326086678	2,05728E-05	Varição de Emprego	3,170745385	0,001677213	
Médicos/1000 habit.	0,0387827	-3,51373615	0,000508543	Médicos/1000 habit.	-5,227536994	3,21863E-07	
	0,2015927						
Peso de Jovens	6,278437849	1,1787E-09					
Varição de Emprego	4,093236242	5,45659E-05					
Médicos/1000 habit.	-5,012321731	9,14745E-07					

### III

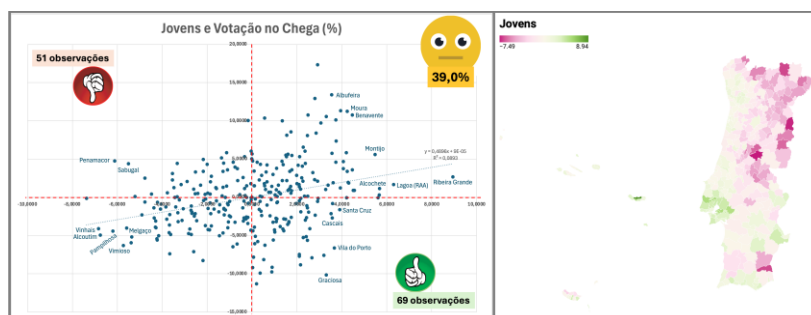
É ainda possível dar mais um passo no sentido de observar a ligação entre o voto populista e as suas determinantes lidas através dos traços estatisticamente captáveis dos territórios municipais em análise.

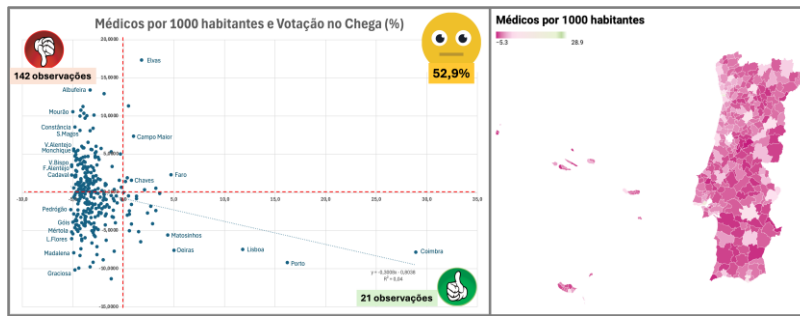
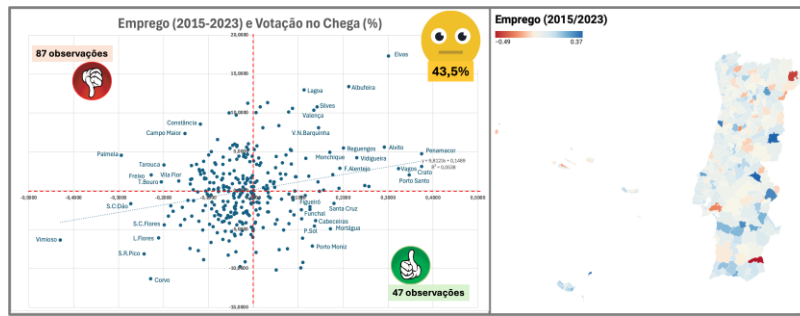


Vejamos o caso dos “territórios de descontentamento e dependência” (TDD), para os quais os elementos caracterizadores selecionados se

referem ao saldo migratório, à taxa de criminalidade e à subsídio estatal, todos indicadores malditos na perspectiva de acusações primárias vulgarmente associadas a insinuações culpabilizantes sobre a razão de ser da situação socioeconómica do País, independentemente de evidências objetivas de sinal contrário. Os gráficos acima mostram o interessante grau de correspondência observado – entre cerca de metade dos 308 concelhos e quase dois terços dos mesmos – quando utilizado qualquer daqueles três elementos para medir a respetiva relação com a intensidade do voto no Chega.

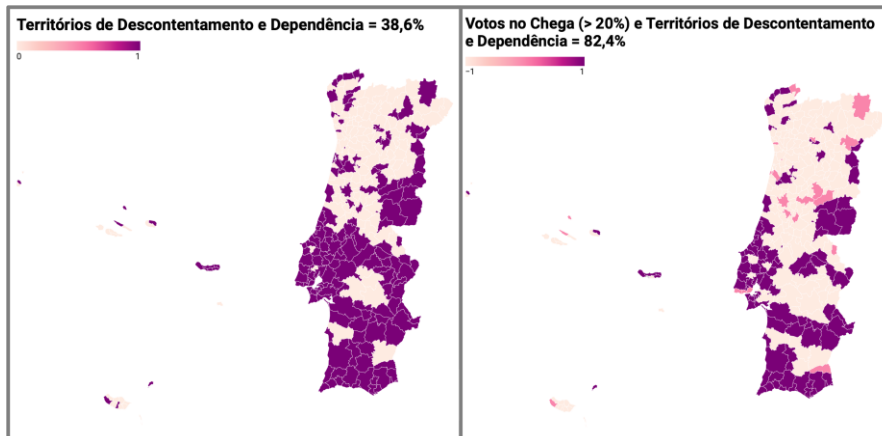
No tocante aos “territórios de imobilismo e abandono” (TIA), idênticas correspondências surgem relativamente menos comprováveis, mas ainda assim razoavelmente relevantes (entre cerca de 40% e um pouco mais de 50%), o que terá de atribuir-se ao menor simplismo do questionamento em causa (ligar voto populista e traços socioeconómicos específicos e já não procurar tal ligação através das ditas culpas fáceis). Não deixará de ser uma abordagem complementarmente curiosa a de encontrar nos gráficos imediatamente precedentes (como nos três que abrem esta secção) alguma informação potencialmente pertinente quanto aos municípios que mais salientemente manifestam certos valores positivos ou negativos, aspeto de que prescindirei em favor da análise derradeira a que procederei de seguida, a qual de algum modo incorpora substitutivamente bastante do que decorreria dessa informação.

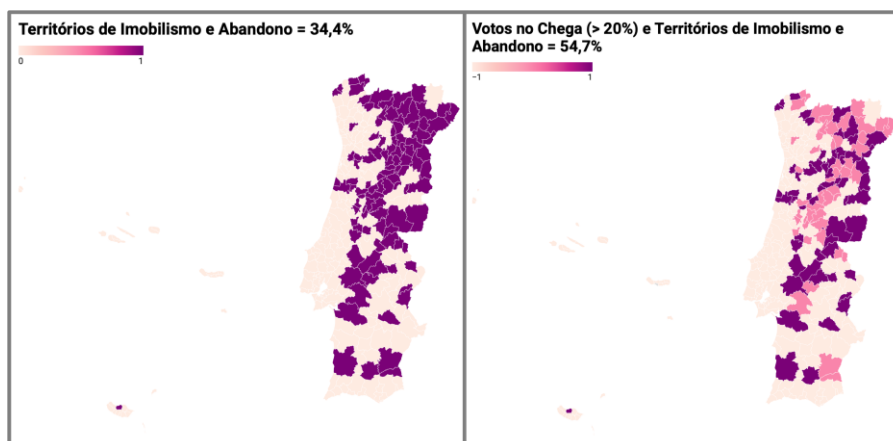




#### IV

Este exercício é finalmente complementado com a informação mais localmente aprofundada que surge sintetizada nos mapas que seguem.





A metodologia subjacente procedeu do seguinte modo: identificação, através de um indicador sintético agregando os elementos caracterizadores dos municípios suscetíveis de serem considerados TDD, por um lado, e TIA, por outro (gráficos à esquerda da imagem); identificação dos casos em que se verifica uma coincidência entre os referidos municípios e aqueles em que a votação no Chega ultrapassou o limiar dos 20% (correspondendo a um total de 218 equivalentes aos 70,8% do total nacional que evidenciam uma maior expressão da representatividade eleitoral alcançada pelo partido de extrema-direita), o que se observa nos gráficos à direita da imagem (cor mais escura). Resumem-se de seguida os resultados mais relevantes.

Em primeiro lugar, um *matching* muito significativo entre a incidência da votação populista e antisistémica e a detetável presença em Portugal de situações associáveis ao discurso populista mais recorrente (o da imigração, da criminalidade e da subsidiodependência, nem sempre por esta ordem nem em doses equivalentemente repartidas), independentemente de qualquer avaliação da sua duvidosa justeza efetiva – com efeito, são 119 os concelhos que emergiram como TDD (38,6% do total) e 82,4% dos mesmos apresentaram votações expressivas (superiores a 20%) no Chega. De entre os 98 concelhos que sobressaem neste registo, a respetiva concentração regional acontece de modo absolutamente visível (presença praticamente invariável da tripla sintomatologia adotada) em toda a região do Algarve (15 de 16 concelhos,

sendo Alcoutim a única exceção votante); idênticas observações crescem em várias zonas do Alentejo (p.e. Campo Maior, Elvas, Moura e Mourão), assim como na Península de Setúbal (p.e. Moita, Montijo e Sesimbra), na Área Metropolitana de Lisboa (p.e. Alenquer, Sintra e Vila Franca de Xira), no Oeste e Vale do Tejo (p.e. Benavente, Salvaterra de Magos e Peniche) e na Beira Baixa (p.e. Fundão, Idanha-a-Nova e Penamacor), merecendo ainda destaques pontuais os Açores (Ribeira Grande, Lagoa e Ponta Delgada) e, em menor medida, diversos concelhos do Norte e Centro.

Em segundo lugar, uma consonância menor entre a incidência daquela votação extremista e antisistémica e a detetável presença em Portugal de situações reportáveis a um declínio manifesto e próximo daquele que Andrés Rodríguez-Pose e outros autores puseram em evidência nos seus trabalhos. Assim, foram 106 os concelhos que emergiram como TIA (34,4% do total) mas somente 54,7% dos mesmos apresentaram votações expressivas (superiores a 20%) no Chega. De entre os 58 concelhos que sobressaem neste registo, são de notar as suas localizações predominantemente interiores, por um lado, e a sua maior concentração no Norte e Centro, por outro; são de assinalar, em especial, sub-regiões como as da Beira Alta (distrito da Guarda, p.e. Foz-Côa e Sabugal), Beira Baixa (Castelo Branco, p.e. Belmonte e Idanha-a-Nova), Alto Alentejo (Portalegre, p.e. Ponte de Sôr e Fronteira, e Évora, p.e. Alandroal e Portel) e Vale do Tejo (Santarém, p.e. Chamusca e Coruche), sem prejuízo de presenças mais esparsas em Trás-os-Montes, no Alto Minho, na Beira Litoral e no sul do Alentejo. Daqui se retirará, também, a ideia de que não apenas os efeitos sociais e territoriais de imobilismo e abandono não terão ainda adquirido em Portugal a força que se observa em outros países europeus como também a decorrente ideia de que uma margem de progressão do voto extremado poderá estar situada nestas bandas em que os sintomas de escassez de dinamismo económico e social ou de falha do Estado são maiores e potencialmente mais capazes de virem a suscitar votações acrescidas de protesto no futuro.

Assume-se que a análise que precede é reconhecidamente precária. Desde logo pela manifesta disseminação pelo território da votação no Chega e pela conseqüente diversidade das especificidades que a possam justificar, o que recomenda uma consideração ainda mais cuidada e criteriosa da informação recolhida. Ao que se somam os factos de a significância econométrica encontrada não poder nem dever ser extrapolada de modo causalmente determinista e de algumas das variáveis estarem eventualmente afetadas pelas conjunturas em presença – um bom exemplo é o da criação de emprego, captada num período de particular dinamismo e não necessariamente representativo em termos de apreensão social; um outro exemplo, pela negativa, é o da acentuada crise .que se vive no domínio da Habitação e cuja não consideração, sobretudo em cidades grandes e médias, avalia por defeito a dimensão de descontentamento em presença nas referidas urbes.

Não obstante tudo quanto acima se adianta em termos de restrições a ter em conta na análise realizada, do que emana a persistência de um mar de dúvidas por esclarecer na matéria em questão, forçoso será talvez que se conclua pela admissibilidade de que os dados tratados e os comentários que eles desencadearam poderão, ainda assim, ter contribuído para deixar algumas pistas no sentido de avanços permissivos de um mais cabal e consciencializado conhecimento da nova realidade que se nos impôs desde a noite eleitoral de 18 de maio e que aí está bem viva no modo como ela vem enformando a estratégia governamental, a ponto de seguramente não se antever que tão cedo possamos perspetivar, com firme e rigorosa convicção, a sua superação...

20

Sobre

**A SEDES**

A SEDES é uma das mais antigas associações cívicas portuguesas, operando, desde 1970, como um “think tank” independente, comprometido a pensar Portugal ao centro. A sua missão é promover o desenvolvimento económico e social do país, através de contributos especializados e plurais em vários setores das políticas públicas.

26